

ria ser pioneira nesse aspecto no Brasil, valorizando com isso uma das culturas fundadoras da nossa economia e da nossa cultura.

122

### **Educação ambiental e o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente, SP: desenvolvimento de metodologias para coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho**

Antônio Cezar Leal

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Processo 2000/02034-0  
Vigência: 1/6/2001 a 31/12/2005

O tratamento adequado a ser dado ao lixo é um dos maiores problemas ambientais atuais. Presidente Prudente, sede da 10ª região de governo, com 200 mil habitantes, localiza-se em uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo e apresenta sérios problemas com o tratamento do lixo. São produzidas cerca de 90 t/dia de lixo, as quais são depositadas inadequadamente, e centenas de catadores vivem e trabalham nessas áreas manuseando o lixo em condições subumanas, sem organização própria que lhes permita auferir preços mais favoráveis na comercialização. Diante disso, a prefeitura já implantou um incinerador de lixo hospitalar, criou bolsões de entulho para reutilização e está implantado um aterro sanitário, com vistas a implementar a coleta seletiva. Propõe-se, neste projeto, desenvolver metodologias para a formulação e implantação de coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho, visando ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, de forma multidisciplinar, associado a um programa de educação ambiental. Está em foco apreender a complexidade da trama social que envolve o lixo em Presidente Prudente, em especial naquilo que se refere a cada um dos segmentos, a forma como se estrutura e a rede de relações que contempla. O projeto se sustenta no desenvolvimento e pesquisa em quatro pilares básicos: 1) programa de educação ambiental nas escolas, extensivo para a comunidade e os meios de comunicação; 2) metodologia de coleta seletiva e beneficiamento do lixo; 3) estudos das condições de vida dos catadores, propondo uma organização de trabalho autogerenciável; e 4) montagem de uma usina de pré-processamento com uma central de triagem.

123

### **Gestão pública e cadastro técnico: a informação diante das novas competências municipais**

Silvana Maria Pintaudi

Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Processo 2000/01756-1  
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2005

O cadastro técnico é uma das pedras angulares de uma administração municipal. É por meio do seu banco de dados que uma administração tem acesso a informações de diferentes naturezas, desde físico-territoriais até sociais, para poder exercer os controles mais diversos, desde impostos até sua aplicação, bem como planejar atuação e implementar programas. Infelizmente, o que se tem observado no Brasil é que são raros os casos em que esse setor esteja adequadamente organizado numa prefeitura. O aparente desinteresse pelo setor, que tem acarretado a desatualização de informações e erros quanto à aplicação de taxas e de recursos, só tem beneficiado uma parcela da população, a dos proprietários da terra. As consequências são, por vezes, dramáticas, particularmente para a população de baixa renda, que não domina os aspectos legais e pode ser seriamente prejudicada quanto à propriedade do solo urbano. Além dela, extensas parcelas da população não podem ter suas solicitações atendidas porque os cofres públicos não arrecadam corretamente e/ou porque a administração não pode planejar os investimentos dadas a falta, e mesmo a impossibilidade, de previsão orçamentária correta (o IPTU é uma das grandes fontes de ingresso para os municípios, particularmente nesse momento em que o município deve atender, com seus recursos, a programas que anteriormente recebiam verbas federais e/ou estaduais). Este trabalho visa superar os obstáculos referentes à atualização e funcionamento do cadastro técnico, propiciar formação para aqueles que lidam diretamente com o setor mediante treinamento e disponibilizar seus dados para o planejamento de investimentos do setor público e privado.

124

### **A geografia do crime de Marília, SP: diagnósticos para uma ação social comunitária**

Sueli Andruccioli Felix

Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Processo 2000/01754-9  
Vigência: 1/1/2001 a 31/7/2004

O crime é um fenômeno social e que, portanto, exige ações sociais. Visivelmente acuada por sentimentos de medo e insegurança, a sociedade reivindica políticas públicas de contenção da criminalidade como ações integradas entre polícia e comunidade (polícia comunitária). Prevenir o crime é o grande objetivo das ciências ligadas

à criminologia e de todos os segmentos interessados no bem-estar da humanidade, que vêem o crime de forma global, consequência da atuação conjunta de seus componentes (ofensor, ofendido e comunidade) e sob a ação de fatores socioeconômicos, políticos, culturais etc. Compreender a dinâmica criminal não significa detectar os espaços de crimes/criminosos e suas características para ações repressivas. Significa, antes de tudo, entender os seus processos operacionais para antecipar-se, preveni-la. A prevenção deve ser comunitária, com políticas que intervenham positivamente nas suas causas últimas que são o esfacelamento das relações sociais e a carência de atendimento às necessidades básicas e de outros serviços que valorizem a cidadania. Assim, a partir de uma tese (doutorado) sobre a criminalidade em Marília SP, pretende-se desenvolver um projeto de ação integrada entre universidade, órgãos de segurança pública, Poder Executivo e comunidade (Consegs – Conselhos Comunitários de Segurança e Associações de Bairros). Na primeira fase, após treinamento do pessoal envolvido, far-se-á o diagnóstico da criminalidade por meio de entrevistas, levantamentos estatísticos, criação de banco de dados para mapeamento da criminalidade e da população (índices de qualidade de vida) visando à incrementação de políticas públicas de contenção do crime por via da implantação da polícia comunitária, criação de espaços de discussão dos problemas da comunidade para encaminhamento aos órgãos competentes e outras ações pertinentes. Pela relevância social e dimensão do projeto, esperamos a concessão de cinco bolsas de apoio técnico (uma para cada distrito policial) já na primeira fase.

## HISTÓRIA

### 125 Usos sociais do patrimônio ambiental e cultural: cidadania e desenvolvimento institucional em municípios de pequeno porte: região de Assis, SP (1988-2008)

Paulo Henrique Martinez  
Faculdade de Ciências e Letras de Assis  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Processo 2007/56015-5  
Vigência: 1/4/2008 a 30/9/2008

Esta pesquisa tem como objetivo principal conhecer o patrimônio existente na região de Assis, SP. A partir das práticas de gestão formuladas e implementadas entre 1988 e a contemporaneidade, o projeto assume o desafio de contribuir para a formulação e a efetivação de políticas públicas e de instrumentos institucionais, destinados ao fortalecimento dos vínculos entre meio ambiente, cultura, desenvolvimento sustentável e cidadania. Deve ser ressal-

tada a conexão das atividades aqui propostas com outras áreas de conhecimento, como ciências naturais, geografia, educação, turismo e museologia.

### 126 Patrimônio cultural rural paulista: espaço privilegiado para a pesquisa, ensino e turismo

Marcos Tognon  
Centro de Memória  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Processo 2007/55999-1  
Vigência: 1/4/2008 a 31/12/2008

O patrimônio cultural rural é o conjunto de registros de materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural. O projeto de pesquisa proposto tem como objetivo principal disponibilizar instrumentos e metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes da área da cultura, da educação e do turismo.

### 127 Registros da morte – registro da vida: a informatização dos registros de sepultamentos realizados no município de São Paulo no período de 1858 a 1940

Denise Bernuzzi de Sant'Anna  
Programa de Estudos Pós-graduação em História  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
Processo 2001/12935-7  
Vigência: 1/10/2002 a 30/4/2003

O primeiro cemitério público da cidade de São Paulo, o da Consolação, foi aberto em 1858. Em seguida, foram criados os cemitérios do Brás (1893), Penha e Santo Amaro (1896), Araçá e Santana (1897). Em meados do século XX já eram 17 os cemitérios públicos municipais. Desde 1858, portanto, os corpos ao serem sepultados ganhavam um registro em grossos volumes, chamados de “Livros de inumação”, ou de “Termos de sepultamentos”. O arquivo histórico municipal custodia um acervo composto por 613 livros dos 17 cemitérios que abrangem o período de 1858 a 1940, contendo os registros de sepultamentos de 2 milhões de pessoas. Trata-se de uma fonte documental muito consultada pelos munícipes em geral, que buscam as seguintes informações: prova legal do falecimento e enterramento de seus antepassados, prova da propriedade do túmulo, documentação para solicitação de cidadania estrangeira, informações para estudos genealógicos e,